



SEGURANÇA PÚBLICA

PL Antifacção vira briga institucional

PF se opõe frontalmente a trechos de proposta que tem como relator o secretário de Segurança de Tarcísio de Freitas

» ALÍCIA BERNARDES
» LUANA PATRIOLINO

Incluído na pauta do Congresso Nacional desta terça-feira, o Projeto de Lei Antifacção provocou um forte atrito entre governo e oposição. O texto, relatado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP), sofreu modificações que limitaram o papel da Polícia Federal em investigações de facções criminosas. Em nota, a corporação alertou para o risco de enfraquecimento do combate ao crime organizado.

Em comunicado divulgado na noite de ontem, a PF afirmou “acompanhar com preocupação” as alterações feitas no relatório de Derrite e reforçou que não aceitará qualquer tentativa de reduzir sua autonomia constitucional. “Não há e não haverá acordo que implique em supressão das atribuições e autonomia da Polícia Federal. Encaramos com preocupação qualquer manobra para modificar o papel da Instituição no combate ao crime organizado”, declarou o diretor-geral Andrei Rodrigues.

O embate levou o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a intervir na tentativa de evitar uma ruptura entre a corporação e o Parlamento. Motta informou ter intermediado uma conversa direta entre Derrite e Andrei Rodrigues “com a finalidade de garantir que a PF manterá suas atribuições nas investigações contra o crime organizado”. A reunião ocorreu logo após um encontro de Motta no Supremo Tribunal Federal (STF) com o ministro Alexandre de Moraes; o procurador-geral da República, Paulo Gonet; e os 27 procuradores-gerais de Justiça dos estados, para discutir medidas de enfrentamento às facções.

Segundo o presidente da Câmara, o momento exige “união institucional”. “Acabo de sair do Supremo Tribunal Federal, onde participei de uma reunião para discutir a pauta da segurança pública. O momento é de união das instituições contra o crime organizado”, afirmou Motta nas redes sociais. O encontro foi convocado por Moraes



“Não há e não haverá acordo que implique em supressão das atribuições e autonomia da Polícia Federal. Encaramos com preocupação qualquer manobra para modificar o papel da Instituição no combate ao crime organizado”

Andrei Rodrigues, diretor-geral da PF

após as recentes operações no Rio de Janeiro que resultaram em 121 mortes e reacenderam o debate sobre a atuação das forças policiais.

“Enfraquecimento”

O centro da controvérsia é um dispositivo incluído por Derrite no relatório que condiciona a atuação da PF no combate a facções, milícias e grupos paramilitares classificados como terroristas à solicitação prévia dos governadores. Na prática, a corporação só poderia agir se fosse

formalmente demandada pelos estados. Para a Polícia Federal e para o governo, a mudança representa um “risco real de enfraquecimento” das investigações de âmbito nacional. O texto também propõe transferir às polícias civis estaduais a competência para apurar crimes de terrorismo ligados a organizações criminosas, o que ampliou o impasse político.

A PF argumenta que as alterações promovem uma “supressão de competências constitucionais” e impactam não apenas o combate às facções, mas também



“Acabo de sair do Supremo Tribunal Federal, onde participei de uma reunião para discutir a pauta da segurança pública. O momento é de união das instituições contra o crime organizado”

Hugo Motta, presidente da Câmara

investigações sobre corrupção, tráfico de drogas, desvio de recursos públicos e tráfico de pessoas. A PF cita, como exemplo, a Operação Carbono Oculto, deflagrada em outubro, classificada como “a maior operação contra o crime organizado da história do país”, e alerta que ações desse porte poderiam ser inviabilizadas caso o texto seja aprovado como está.

No governo, o tom é de forte reação. A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou que o relatório de Derrite representa “um

salvo-conduto a organizações criminosas” e chamou a proposta de “lei da blindagem, da bandagem”. O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), também criticou o projeto, dizendo que “é o mesmo grupo político que tentou aprovar a PEC da blindagem no ano passado”. Segundo o parlamentar, o objetivo seria restringir o alcance da PF e “criar uma rede de proteção para membros do Parlamento e seus aliados”.

Apesar das críticas, a oposição articula para manter o texto. Derrite, aliado do ex-presidente Jair

Bolsonaro, sustenta que o objetivo do projeto é “integrar esforços entre estados e União no combate às facções”, mas aliados do governo afirmam que, na prática, as mudanças podem esvaziar o poder da PF e transferir decisões estratégicas a governos estaduais, inclusive de perfil político adversário.

Aumento de penas

O Projeto de Lei Antifacção, proposto pelo Executivo, faz parte do pacote legislativo de segurança pública e prevê o aumento de penas para integrantes de organizações criminosas, além da criação do chamado Marco do Crime Organizado. O texto original foi elaborado para reforçar instrumentos de investigação financeira, ampliar a cooperação entre agências e melhorar o controle sobre o sistema prisional, principais demandas após o avanço das facções em fronteiras e presídios.

A polêmica surge em um momento de divergência institucional. A relação entre governo, Congresso e Judiciário está marcada por disputas em torno do protagonismo no enfrentamento ao crime organizado. Moraes, agora relator da ADPF 635 (ADPF das Favelas), tem defendido o fortalecimento da coordenação entre os Poderes, enquanto o Executivo tenta impedir que o Legislativo altere pontos considerados sensíveis no combate às facções.

Com a votação do projeto prevista para esta terça-feira (11/11), cresce a pressão para que o relator ceda e restabeleça o texto original. Nos bastidores, aliados de Hugo Motta dizem que o presidente da Câmara busca um acordo que evite o constrangimento de um embate direto com a PF, que tem forte respaldo popular e institucional. O Planalto, por sua vez, trabalha para adiar a votação até que as divergências sejam sanadas.

A depender do resultado da votação, o Projeto Antifacção poderá se tornar um marco de cooperação nacional, ou agravar as divergências no combate ao crime organizado.

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Equipes analisam extensão dos danos causados por tornado

» RAFAELA BOMFIM*

A reconstrução das cidades paranaenses atingidas por tornados nos últimos dias demanda uma ação conjunta que envolve o município, o estado e o governo federal. Após o governo local decretar estado de calamidade pública, equipes da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR) têm feito visitas técnicas para analisar a extensão dos danos.

Em Rio Bonito do Iguaçu, onde 90% das estruturas foram danificadas, a Cohapar também prepara um programa habitacional específico para famílias que perderam suas moradias. Desde a madrugada de sábado, mais de 30 equipamentos, entre escavadeiras, caminhões e tratores, atuam na limpeza de entulhos e desobstrução de vias, envolvendo DER-PR, Defesa Civil e prefeituras da região.

Sete pessoas morreram no estado em razão do tornado. Ontem, a

Secretaria de Estado da Saúde paranaense atualizou o número de internados: 21 pacientes permanecem em hospitais da região. Em Guarapuava, 13 seguem internados — seis no Hospital São Vicente de Paulo e sete no Hospital Santa Terresa. Em Laranjeiras do Sul, há 5 internados — 2 no Hospital São Lucas e 3 no Instituto São José. No Hospital Universitário de Cascavel, 3 pacientes permanecem sob cuidados.

Desde o início da operação, a Sesa registrou 835 atendimentos em Rio Bonito do Iguaçu e cidades vizinhas, incluindo suporte emergencial de insumos e medicamentos fornecidos pelo Centro de Medicamentos do Paraná (Cemepar) e pela Coordenação de Material e Patrimônio (Comp). O Corpo de Bombeiros confirmou o fim das buscas por desaparecidos, concentrando agora esforços na assistência social e recuperação das áreas atingidas.

Em Guarapuava, Turvo e São José dos Auseres, os tornados também causaram danos significativos. A Defesa Civil estima prejuízos



Rio Bonito do Iguaçu, cidade fortemente atingida pelo tornado: governo decretou estado de calamidade pública

em residências, comércios, prédios públicos e infraestrutura elétrica. Equipes técnicas seguem em campo realizando levantamentos detalhados para subsidiar ações emergenciais e reconstrução.

Alerta na COP30

O fenômeno meteorológico, classificado como tornado de grande intensidade, atingiu Rio Bonito do Iguaçu por volta das 18h de sexta-feira. O

Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar) confirmou que a tempestade foi uma supercélula que gerou um tornado de categoria F3 na escala Fujita, com ventos estimados entre 300km/h

e 330 km/h. Na mesma noite, outras duas tempestades severas provocaram tornados F2 em Guarapuava, especialmente no distrito de Entre Rios, com ventos próximos de 250 km/h, e em Turvo, com ventos de 200 km/h.

As análises foram realizadas por equipes do Simepar com sobrevoos, inspeções em solo, imagens de radar de Cascavel e registros compartilhados por moradores e veículos de comunicação. Segundo o órgão, a combinação de calor intenso, alta umidade e mudanças na direção e velocidade dos ventos com a altura criou condições favoráveis à formação de tempestades severas e tornados no estado.

O desastre teve repercussão nacional e foi citado na abertura da Cúpula do Clima, ontem, em Belém. A tragédia paranaense foi citada tanto pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, quanto pelo presidente da COP30, em André Corrêa do Lago.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza